



# Projeção dos Impactos dos Investimentos do PAC 2 e do Programa Minha Casa, Minha Vida 2 e o Papel da Desoneração do IPI dos Materiais de Construção

APRESENTAÇÃO

**Abril 2010**



Diretor do Projeto: Cesar Cunha Campos

Supervisor: Ricardo Simonsen

Diretor de Controle: Antonio Carlos Kfoury Aidar

Coordenador: Fernando Garcia

Corpo Técnico: Ana Maria Castelo

Edney Cielici Dias

Sergio Câmara Bandeira



# 1. Apresentação

O presente trabalho, solicitado pela **ABRAMAT** à **Fundação Getulio Vargas**, procura trazer subsídios válidos ao debate sobre a política de desenvolvimento econômico colocada em prática pelo governo federal. No momento em que é lançado um novo plano de investimentos, materializado no PAC 2, é importante municiar todos os que buscam as melhores escolhas de política econômica de informações sobre os impactos do programa e fatores relevantes para seu sucesso, como a política de desoneração dos materiais de construção.

Assim este trabalho é dividido em duas partes. A primeira delas projeta os efeitos dos investimentos do PAC 2 para economia brasileira, analisando isoladamente os impactos do Programa Minha Casa, Minha Vida 2. Na segunda parte, ressalta-se a importância da desoneração do IPI sobre os materiais de construção em razão de seus efeitos positivos, conforme se verifica desde 2006, ano da primeira iniciativa de desoneração.

Por fim, cabe nesta breve apresentação destacar o papel da construção civil no PAC 2, o que é extremamente benéfico para a economia brasileira. Como é sabido, a partir de meados dos anos 80 o setor da construção passou a ter um desempenho muito aquém do que o seria desejado em um país com as características do Brasil. Não é por acaso que se enfrentam hoje grandes deficiências nas áreas de habitação e infra-estrutura. O PAC 2, ao reiterar o papel da construção civil no atual modelo de crescimento, representa um marco na rota de consolidação de uma economia mais sólida e de uma sociedade melhor, o que é o anseio conjunto da **ABRAMAT** e da **FGV**.

## 2. O efeito do PAC 2

Recentemente o governo anunciou novo programa de investimentos em continuidade ao PAC. O novo programa – o PAC 2 – possui cinco eixos de atuação e envolve R\$ 1,55 trilhão de recursos, distribuídos em sua maior parte para o período 2011-2014 e parte para os anos posteriores. Neste estudo, optou-se por considerar o primeiro período do programa, em que é possível fazer uma hipótese mais clara de projeção, uma vez que, segundo os planos oficiais, R\$ 955 bilhões devem ser investidos no período de 2011 a 2014.

Este trabalho estimou o impacto dos investimentos em construção na geração de renda e emprego no próprio setor da construção e em toda a economia. Para isso, partiu-se do pressuposto de que a parte que envolve obras de

construção representa aproximadamente 40% do valor do investimento do programa em quatro eixos de atuação. No caso do Programa Minha Casa, Minha Vida 2, por suas características intrínsecas, considerou-se o impacto de 100% do investimento em construção.

Primeiramente, será considerado os efeitos dos investimentos do PAC 2 como um todo. De acordo com as hipóteses consideradas, supõe-se um fluxo anual de investimentos em construção de R\$ 137,2 bilhões. Com base nos coeficientes técnicos da matriz-insumo produto brasileira, é possível calcular o que esse montante de recursos representa em termos de geração de renda e postos de trabalho, conforme mostra a **Tabela 2.1**.

**Tabela 2.1**  
**Impacto anual dos investimentos em construção do PAC 2 no período 2011-2014**

<b>Empregos em toda a economia</b>	<b>2.831.005</b>
na construção	1.942.218
em outros setores	888.787
<b>Renda em toda a economia (R\$ milhões)</b>	<b>124.023,58</b>
da construção	74.094,76
dos outros setores	49.928,81



O fluxo de investimento de R\$ 137,2 bilhões/ano em construção gera um total 2,83 milhões de empregos, 1,94 milhão na construção e 888 mil nos demais setores. O mesmo montante de investimento gerará um montante adicional de R\$ 124 bilhões na economia, com R\$ 74 bilhões na construção civil e R\$ 50 bilhões nos demais setores.

Considerando isoladamente o fluxo anual de investimentos voltado ao Programa Minha Casa,

Minha Vida 2, de R\$ 69,5 bilhões, conforme mostra a **Tabela 2.2**, observa-se a criação de 1,4 milhão de emprego. Verifica-se então que, dentro do PAC 2, o programa habitacional responde por 51% do total de postos de trabalho e por apenas 29% do total de investimentos no período 2011-2014. Do total de 1,4 milhão de empregos, 984 mil serão gerados no próprio setor de construção e 450 mil nos demais setores.

**Tabela 2.2**  
**Impacto anual dos investimentos em construção do Minha Casa, Minha Vida 2 no período 2011-2014**

<b>Empregos em toda a economia</b>	<b>1.434.791</b>
na construção	984.342
em outros setores	450.449
<b>Renda em toda a economia (R\$ milhões)</b>	<b>62.856,81</b>
da construção	37.552,22
dos outros setores	25.304,59

Esse volume anual de recursos destinados ao Minha Casa, Minha Vida 2 gerará R\$ 62,86 bilhões de renda em toda a economia, sendo R\$ 37,55 bilhões no setor da construção e R\$ 25,30 bilhões nos demais setores.

Em razão ao exposto, verifica-se que o volume

de investimentos previstos no PAC 2, se realizado no cronograma, terá um forte efeito expansivo na economia brasileira, colocando-a em um patamar significativamente mais elevado em relação ao atual, tanto em termos de renda como de emprego.

### 3. Efeitos positivos da redução do IPI

Trabalhos da **FGV**, com base em estudos aprofundados sobre a cadeia produtiva da construção solicitados pela **ABRAMAT**, têm demonstrado que uma parcela expressiva do crescimento econômico do país, a partir de fevereiro de 2006, deveu-se à política de redução do IPI sobre materiais de construção. À renúncia fiscal do governo correspondeu o aumento de renda disponível de famílias e empresas, com efeito direto sobre a taxa de investimento da economia.

Os mesmos trabalhos mostraram que o sucesso dessa política foi ampliado na medida em que novos produtos foram incorporados à lista de bens desonerados. Projetando-se uma desoneração completa do IPI incidente sobre materiais de construção durante 24 meses, chegou-se a um efeito ainda mais expressivo sobre o ritmo de crescimento econômico do país. É importante notar que o aumento da renda nacional traz ganhos fiscais às três esferas de governo.

Em 2009, ano de travessia da crise econômica mundial, as desonerações tiveram um papel decisivo na política anticíclica colocada em prática no país, possibilitando que a indústria de materiais não tivesse uma queda ainda mais forte em sua demanda, o que possibilitou a manutenção de uma agenda positiva de negócios, com a manutenção dos planos de investimento.

O papel da desoneração é, sem dúvida, significativo, mas, para além dos números, o mais importante é verificar o estabelecimento de um ciclo virtuoso, em que o aumento da arrecadação não se dá mais à custa de uma carga elevada imposta ao setor privado, o que historicamente reduziu a capacidade de investimento do país. O aumento de receita tributária – importante

para pôr em prática políticas sociais – passa a se materializar em decorrência do crescimento econômico, numa conjunção de elementos capazes de pavimentar o caminho do desenvolvimento sustentado.

Neste momento em que é lançado um programa significativo de investimentos, materializados no PAC 2, é necessário ressaltar a importância da manutenção da desoneração do IPI para os materiais de construção, pois representa um ingrediente fundamental para atual fórmula do crescimento, baseada na construção civil. Aumento da tributação neste momento significaria a oneração do investimento, com efeitos negativos sobre a renda e o emprego.

O estudo da **FGV** A Cadeia Produtiva da Construção e os Efeitos da Desoneração do IPI sobre os Materiais de Construção trouxe a simulação de uma desoneração completa do IPI para os materiais de construção em um período de 24 meses, conforme os resultados na Tabela 3.1. Estima-se que a redução total do IPI sobre materiais de construção daria origem, por si só, a uma elevação de 1,34% do PIB brasileiro e a uma expansão de 1,27% do nível de emprego durante o período de 24 meses. Haveria ainda uma queda da carga tributária de 0,013 ponto percentual, a qual, conjugada ao efeito de crescimento econômico, traria uma variação positiva na arrecadação global de impostos e contribuições de 1,3%. A Tabela 3.1 também traz o efeito conjunto dessa política sobre o déficit habitacional. Estima-se que essa iniciativa teria capacidade de retirar 211 mil famílias por ano do déficit habitacional, contemplando uma população beneficiada de 790 mil pessoas.

**Tabela 3.1**  
**Efeitos da desoneração total do IPI sobre os materiais de construção**  
**na economia brasileira em um período de 24 meses**

Indicador	Impacto
<b>Produto Interno Bruto</b>	
(%) variação real	1,34%
<b>Emprego</b>	
(%) variação	1,27%
<b>Inflação</b>	
IGP (%)	-0,04%
IPC (%)	-0,02%
<b>Déficit habitacional</b>	
(%) dos domicílios totais do país	-0,41%
Número de domicílios	210.756
(%) das famílias no déficit	2,67%
Número de pessoas	790.337
<b>Arrecadação de impostos (%)</b>	
Arrecadação total	1,30%
Carga tributária (% do PIB)	-0,01%

